

**DANIELA ALCANTARA COLATTO
LUCIANA SIQUEIRA DA COSTA**

**INTERFACES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À
FAMÍLIA E DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL NO PROCESSO DE
ACOMPANHAMENTO FAMILIAR EM GRUPO NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**VITÓRIA, ES
OUTUBRO/2018**

INTERFACES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA E DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL NO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR EM GRUPO NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Vitória possui 12 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), abrangendo todos os bairros do município. O CRAS Claudionor Lopes Pereira - Região Maruípe é um entre os doze existentes e abrange os seguintes bairros: Santa Cecília, São Cristóvão, Santos Dumont, Tabuazeiro, Bonfim e Maruípe. O CRAS Maruípe, até o início do mês de outubro/18, possui o total de 6.643 famílias cadastradas no Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família (SIGAF), o que demonstra uma grande demanda para acesso a serviços socioassistenciais por parte da população.

A partir dos dados coletados no SIGAF, identificou-se que as famílias cadastradas, em sua maioria, possuem a mulher como chefe de família em diferentes e diversos arranjos familiares, de raça negra e parda, com baixa escolaridade e alto índice de desemprego ou trabalho informal, renda per capita inferior ou igual a meio salário mínimo, beneficiárias de Programa de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada (BPC) para pessoas idosas (65 anos) e pessoas com deficiência.

Uma outra realidade é o número relevante de idosos pertencentes ao território de Maruípe, sendo desses 783 (setecentos e oitenta e três) cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e 228 beneficiários do BPC Idoso. Além destes, a equipe técnica do CRAS, constituída por assistentes sociais e psicólogos, identifica um número representativo de idosos dentro dos critérios para o requerimento do BPC, com limitações físicas, financeiras e sociais para dar continuidade ao processo, contribuindo para a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social.

Com base nos dados acima, identificou-se a necessidade de desenvolver ações a fim de viabilizar o acompanhamento de famílias com idosos beneficiários do BPC, principalmente as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. Identificou-se também a necessidade de trabalhar com as famílias dos beneficiários no acesso aos serviços socioassistenciais, de saúde, cultura e lazer e educação, de forma a garantir seus direitos, promovendo o desenvolvimento de suas capacidades e a prevenção de violências e outras

formas de violação de direitos. (BRASIL, 2011)

É importante destacar que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) se apresenta, inicialmente, como o principal serviço a ser ofertado a essas famílias, em muitos casos por meio do acompanhamento familiar no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), uma vez que trata-se de público prioritário da Assistência Social.

A Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), Campus de Maruípe, pertence ao mesmo território que o CRAS Claudionor Lopes Pereira e, entendendo o seu compromisso com a sociedade, especificamente com o território o qual está inserido, foi identificado a necessidade de uma articulação entre a comunidade acadêmica e a unidade pública estatal que oferta os serviços da Proteção Social Básica. Dentro desta proposta, foi estabelecido uma parceria entre o CRAS Maruípe e o Departamento de Terapia Ocupacional (DTO), através do Programa Metuia, que possui um projeto de extensão universitária denominado “Terapia Ocupacional Social e as ações junto ao Sistema Único de Assistência Social da Grande Região de Vitória, ES”.

A partir dessa parceria, foi elaborado e executado um projeto piloto de Acompanhamento Familiar em Grupo, com os idosos beneficiários ou com perfil para BPC, a fim de promover a discussão sobre o conhecimento acerca dos direitos e outros benefícios, contribuindo para a garantia de direitos sociais, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção de situações de risco social.

É importante salientar que embora a profissão do terapeuta ocupacional integre as equipes de referência dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão dos SUAS, conforme deliberação da Resolução nº17 CNAS/2011 NOB-Rh, no município de Vitória, ainda não há a inserção deste profissional nos Centros de Referência da Assistência Social.

A inserção da terapia ocupacional social nos CRAS, se respalda no cumprimento da Política Nacional de Assistência Social, seguindo os princípios da interdisciplinaridade e implementando suas atribuições no campo social, podendo contribuir na oferta do PAIF através das oficinas com família, visitas domiciliares, ações comunitárias, fortalecimento da rede socioassistencial e atendimentos coletivos e individuais.

A metodologia proposta foi pautada no trabalho social com as famílias no âmbito do PAIF, o que consiste em um processo tecnicamente qualificado, executado por profissionais

de nível superior, assistente social e psicólogos, incluindo profissionais da Terapia Ocupacional, com base em pressupostos éticos e diretrizes teórico-metodológicas.

Como instrumento metodológico foi adotado o “Acompanhamento em Grupo”, a fim de fortalecer as ações coletivas e a construção de grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento, tornando-se um processo de compartilhamento de experiências entre participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre os direitos, de apoio à família em sua função protetiva e de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais.

Segundo a perspectiva da Terapia Ocupacional Social, a utilização de grupos pode ser um espaço para lançar mão de atividades como recurso mediador do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos, individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação. A utilização da atividade possibilita o aprendizado e o reconhecimento de necessidades do sujeito e o desenvolvimento de sua capacidade para buscar soluções próprias e criativas, tornando a técnica dependente da interpretação e da apreensão da realidade, e não o inverso (BARROS, GHIRARDI, LOPES, 2002).

Para a constituição do grupo foi realizada busca ativa dos idosos beneficiários do BPC, ou com perfil, e estudo de caso, a fim de identificar idosos em situação de vulnerabilidade e risco social. Após a identificação, a equipe fez o convite para participação no grupo, que teve durabilidade de 4 meses, no total de 06 encontros.

Durante o processo grupal se realizou o Plano de Acompanhamento Familiar – PAF, de forma coletiva. Trata-se de um instrumento de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas com as famílias. Seu processo de construção coletivo teve como referência o Estatuto do Idoso, possuindo eixos específicos que são: documentação, educação, trabalho, habitação, convivência familiar, convivência comunitária (cultura, esporte, lazer) mobilização social, saúde, segurança alimentar, justiça, vida e dignidade. A metodologia para a construção do PAF foi desenvolvida em conjunto com o grupo, tendo sempre como norte os eixos acima citados, as potencialidades e vulnerabilidades do território.

A construção coletiva do PAF e os resultados encontrados confirmaram a eficiência da iniciativa que, a partir da realização do acompanhamento em grupo, pode-se oportunizar experiências individuais e coletivas contribuindo para a garantia de direitos sociais; fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de risco social.

As ações desenvolvidas promoveram o protagonismo dos munícipes idosos, contribuindo para sua qualidade de vida, de forma a reestruturar e ressignificar suas relações sociais e familiares em seu território, além de fortalecer e ampliar seu repertório e trajetória de vida.

Destaca-se também como resultado relevante, a produção de autonomia, o resgate das identidades sociais, o exercício de cidadania e o empoderamento sócio-territorial com efetiva participação dos munícipes idosos em Conselhos Locais de Assistência Social (CLAS) como membros representantes; além da participação em Centros de Convivência da Terceira Idade (CCTI) e grupos de convivência.

Em nível territorial, os resultados refletem na diminuição dos índices de risco social e violação de direitos; na ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais, evidenciando as potencialidades do território por meio da apropriação dos espaços de vida.

Para a avaliação dos participantes, foi proposto a construção de um cartaz onde o grupo deveria sugerir e criticar as ações desenvolvidas no decorrer do semestre, contudo, o retorno dos participantes idosos foi de entusiasmo e solicitação da continuidade do projeto, tal como sua a ampliação.

Utilizando como referencial os eixos do PAF (Plano de Acompanhamento Familiar) também foram realizadas atividades que indicavam o nível de satisfação¹ do grupo, tendo como base o território, mostrando baixa satisfação principalmente nos eixos: saúde, habitação, convivência familiar/comunitária, vida e dignidade, justiça e segurança alimentar e trabalho

Quatro meses depois de se iniciar o Acompanhamento em Grupo foi reavaliado o nível de satisfação dos eixos acima. Observou-se que houve aumento do nível de satisfação nos eixos de convivência familiar/comunitária, vida e dignidade e os eixos de habitação, saúde, justiça e trabalho se mantiveram com baixo nível de satisfação.

A partir dos objetivos do projeto foram traçadas diretrizes para avaliar os resultados e os idosos participantes contribuíram durante todo o processo. Pode-se constatar que o Acompanhamento em Grupo oportunizou espaços de lazer e convivência social/familiar, trocas de saberes, exercício de cidadania, garantia de direitos e conscientização social, reconhecimento e pertencimento territorial. Também houve encaminhamentos e articulação com toda a rede socioassistencial, possibilitando a prevenção e promoção da integridade dos sujeitos, assim como às providências de problemáticas que abrangem outros setores da vida

desses indivíduos.

Assim, a experiência do Acompanhamento Familiar em Grupo no âmbito do PAIF, através da interface com a Terapia Ocupacional Social, permitiu novas práticas na execução do serviço, integrando outros saberes a equipe de referência do CRAS, sendo possível ampliar as ações pertinentes a Proteção Social Básica e fortalecer os serviços socioassistenciais no território de Maruípe.

BARROS, D. D., GHIRARDI, M. I. G., LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social. Ver. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 95-103, set/dez. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003. Senado Federal, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas. Metas de Desenvolvimento dos CRAS. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: Trabalho Social com Famílias. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2005.



Acompanhamento Familiar em Grupo

Passeio de Integração e Fortalecimento
de Vínculos